

A propósito de *Rui, o Homem e o Mito**

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

I

O que mais me preocupou quando um amigo comum me preveniu que o Sr. Magalhães Júnior preparava um livro sobre Rui Barbosa não foram os enganos e os erros que ele pudesse cometer e que se apontam em outros trabalhos seus, nem mesmo os ataques que ele ousasse desferir. Era, acima de tudo, o tom, o aspecto mercantil, espetacular que ele costuma imprimir às suas biografias, a encenação que faz preceder aos seus lançamentos, insistindo no quê de escandaloso, próprio da literatura marrom. Uma grande figura que leu o trabalho antes de mim preveniu-me: “O Rui não perde nada. Temo antes pelo autor que pelo biografado”. E tinha razão de sobra.

Não fugiu ao seu hábito o A. no lançamento desta nova obra. O que mais irrita os admiradores (não fanáticos) de Rui é o tom sensacionalista que é dado ao acontecimento, como se se tratasse de lançamento de novo produto. Juntou o autor apressadamente o seu material e, por meio de entrevistas e notícias, habilmente entremeadas, trombeteou a iminência de uma colossal onda de protestos, despertada pela bomba que ia lançar. Há um tom desagradável de desafio a *valientes* em todas as suas declarações. Mas engana-se. Se pensa em promover uma polêmica, ao modo clássico, dos tempos em que se podia perder tempo com esses prélios, para delícia dos malandros de porta de livraria, terá que bater a outra porta.

Estou preso a deveres para com o público e para com as gerações estudiosas que esperam das instituições culturais material histórico e honesto para pesquisas. Nem sequer imagino que possa convencer quem realiza obra impregnada de tão grande má-vontade. Não venho, pois, polemizar, porque com isso já se supõe no interlocutor a

* Publicado em *Digesto Econômico*, ano 20, nº 183, maio/jun. 1965.

capacidade de emendar-se. É somente o dever de esclarecer os estudiosos de História, ciência que professo há cerca de quarenta anos, que me leva a alertá-los a respeito do livro aparecido. A eles me dirijo para preveni-los de que a ciência histórica, muito mais ainda que as boas maneiras, acaba de ser vítima de um atentado.

Das páginas daquele cartapácio, quem sai realmente arrasado não é Rui Barbosa; é o título de biógrafo pretendido pelo organizador. Se ele tivesse ao menos realizado uma compilação de velhos inimigos de Rui Barbosa: Laet, Moniz Sodré, Barcelos, Seabra, Bagdócimo, fazendo uma antologia contra o biografado, teria reeditado muita calúnia destruída, mas teria fornecido ao público algumas páginas de boa literatura. Querendo dizer coisa nova, não conseguiu ultrapassar o mau panfleto. Do ponto em que colocou o estudo não é possível partir para fazer a *revisão* de qualquer figura histórica a que fazem referência os noticiaristas apressados.

Todo o lançamento deste libelo, desde os anúncios até as orelhas, contracapa, prefácio, arma à exibição, à promoção. Dá-se como provado e demonstrado o que nem sequer é aceitável em princípio pelo leitor de boa-fé. Nesse clima não é possível realizar qualquer obra construtiva. Não é esse o terreno em que tenho desenvolvido minhas atividades. Reúno dados, classifico documentos, divulgo pacientemente o que foi recolhido e verificado. As gerações futuras dirão o que mais vai contribuir para a chamada e apregoada *revisão da personalidade* de Rui: a coleta e publicação de dados autênticos para o exame de um vulto histórico e sua época, ou o estrépito de um estudo pretendidamente neutro, mas feito com instrumentos contaminados.

Não sou idólatra, nem faço do ruísmo uma religião. Ninguém me apontará uma frase de delírio, nem de bestificação diante de um falso mito. Mas abomino as maneiras arremangadas e capadócias com que se pretende tratar de um tema que tem sido objeto de respeito por parte de alguns expoentes de nossa intelectualidade. Tenho publicado alguns depoimentos de orientação diversa, nem sempre concordes, acerca de Rui Barbosa. Tenho promovido a divulgação de documentos, alguns íntimos e graves,

porque entendo que a Casa de Rui Barbosa não é uma igreja, mas um centro de estudos. Todos os que a têm procurado até hoje foram recebidos cordialmente, qualquer que seja a orientação filosófica que os anima, porque me considero um servidor da Nação, e não de um grupo, ou de uma família. Mas nunca poderei deixar sem protesto a utilização desse material para a exibição de ódio disfarçado em amor à verdade.

Sustenta o autor que o livro não é contra Rui, mas simplesmente retificador dos excessos dos seus apologistas. Para isso, após atribuir-lhe quase todos os crimes do Código Penal, conclui que se trata de um grande homem, vítima de seus admiradores. Mas a verdade é que, se ele tivesse a metade dos defeitos ali apontados, não mereceria a consagração, mas a execração pública. Como explicar que os acadêmicos o tivessem feito presidente perpétuo de seu sodalício; que Governos e Congressos lhe tivessem dispensado em vida e depois da morte as maiores consagrações oficiais; que o Conselho da Sociedade das Nações o tivesse eleito membro da Corte Permanente de Justiça Internacional com a maior votação ali alcançada por todos os indicados? Todos foram vítimas de uma grande impostura. Trata-se de um desonesto, incompetente, vaidoso, mentiroso, hipócrita, falsificador e, acima de tudo – horror dos horrores –, *conservador*. Conservador que não se deixou convencer por Marx e Engels. Mas, apesar de tudo, conclui o autor, um grande homem. Isto é sério? Haverá possibilidade de discussão nesse mundo de insensatez?

II

A fraude contra o Brasil

O método empregado pelo Sr. Magalhães para deformar sua vítima inclui a fraude. Vamos logo a um bom e clamoroso exemplo.

Em 1907 reúne-se em Haia a Segunda Conferência da Paz. Na perspectiva de nosso tempo, quando duas guerras mundiais desfizeram em sangue, suor e lágrimas o sonho então acalentado, a imagem daquele certame fica naturalmente embaçada. Mas em plena *belle époque*, aquela reunião constituiu um acontecimento extraordinário que se pode sentir consultando, por exemplo, os recortes de imprensa existentes na Casa de

Rui Barbosa. Pela primeira vez todas as nações do mundo eram convocadas para uma assembléia. E, nessa assembléia, o tema não era a partilha de povos vencidos, mas a elaboração de instrumentos jurídicos para a paz. O Brasil fez-se representar por brilhante delegação. O resultado, segundo está consignado por todos os que entre nós estudaram o assunto, foi um extraordinário êxito para nosso país, que, sustentando o princípio da igualdade das nações, viu o nome de seu delegado, daí por diante, considerado patrono do grande princípio do Direito Internacional moderno. Recentes publicações de documentos diplomáticos franceses e alemães permitem verificar, através de despachos do Barão Marschall von Bieberstein, a evolução da mentalidade surpresa e irritada das velhas raposas européias perante os verbosos bacharéis da América Latina. O próprio Marshall, que se gabava a princípio de abrir ostensivamente os jornais quando subia à tribuna *um tal* Dr. Barbosa, terminou por adiar a partida para ouvir o discurso final do embaixador brasileiro, considerado, por um dos delegados, verdadeira clarinada da nova América perante o velho mundo.

Nas páginas do trabalho de Magalhães nada disso se encontrará. A grande figura do Congresso foi um argentino. Quem já ouviu de eminentes argentinos, em congresso internacional, referências a Haia, especialmente ao incidente Martens, como a uma autêntica vitória da América Latina, fica impressionado com tal deformação. Depois de arrebatado a Rui a precedência, o improvisador liquida a atuação brasileira em duas únicas atividades: vida social e corrupção.

As recepções e banquetes, com que quebramos a má-vontade contra a tagarelice dos delegados de países semicivilizados, são levados ao ridículo. O Brasil passa a fazer o papel de bonifrate, guiado pela delegação americana. Ora, o que se deu foi justamente o contrário. A desconfiança das nações latino-americanas só se desfez em relação ao Brasil, quando nosso embaixador enfrentou decididamente o projeto injusto que a delegação norte-americana havia pactuado com os grandes da Europa, para o Tribunal Permanente Internacional, segura de que o rebanho das *republiquetas* seguiria seu comando. Daí a decepção americana, manifestada em seus jornais, e de que ainda há reflexos no juízo de Brown Scott, que o Sr. Magalhães sublinha. Mas deste mesmo ouvi, em 1927, distante das mágoas, conceitos bem mais entusiásticos sobre Rui.

O mito da Águia de Haia teria então sido fruto de uma sórdida combinação entre Rui, o Barão do Rio Branco e um *picareta (sic)* inglês, um tal Sr. William Stead.

Aqui começa a fraude. É preciso ocultar a personalidade do jornalista britânico, apresentado como um vulgar *cavador (sic)*, explorador de ingênuos americanos, tendo como único título como escritor a autoria de um álbum ilustrado da Primeira Conferência. Tudo isto é mentira. Mentira que repugna seja impingida a um público decente. Stead era um escritor com excelente bagagem, jornalista de primeira linha na imprensa inglesa. Não precisarei resumir suas campanhas famosas nos melhores jornais ingleses até a fundação da *Review of Reviews*, muito diversa do *Reader's Digest*. Calarei sua atitude corajosa em face do governo de sua própria terra, tomando atitude contra a política dominante e condenando a Guerra dos Boers; seu desprendimento na campanha pela regeneração dos costumes; sua independência em face de Cecil Rhodes, que tanto o estimou, mas diante do qual sempre falou francamente; sua campanha em prol da Segunda Conferência da Paz, em defesa da qual foi realmente à Rússia, conseguindo pelo seu prestígio animar o Governo russo a fazer a convocação. Tinha ele, pois, autoridade para ser, como foi, através do *Courrier de la Conférence*, o cronista da assembléia. Não preciso recorrer aos livros da biblioteca de Rui para desenvolver este tema. Basta consultar a *Enciclopédia Britânica* (11^a ed.).

Truncando a biografia de um jornalista digno, para transformá-lo num negociista, o Sr. Magalhães afirma que este homem, que rejeitou a testamentária de Rhodes – que deixara uma das maiores heranças do Império Britânico – por ter escrúpulos a respeito da realização da fortuna, vendeu a pena e a alma a Rui Barbosa por 9.600 florins. É o que lá está escrito realmente pelo autor, falseando um documento que traduz erradamente do inglês.

Já ia muito adiantada a Conferência quando, aproximado de Rui através de um trabalho discreto de Batista Pereira (especialmente autorizado e animado pelo Barão do Rio Branco – cartas no arquivo da Casa de Rui Barbosa), Stead propõe-se a organizar um suplemento especial de sua revista sobre o Brasil. Consultado o Itamarati, a proposta é aceita e o jornalista passa o seguinte recibo: (As transações indignas não costumam deixar sinal.)

“DUPLICATE – Received from Dr. Ruy Barbosa the sum of 9.600 florins in payment for the publication of *Brazil at the Hague* in *Review of Reviews*, and special supplement as per my letter October, 20, 1907”. Isto qualquer estudante de ginásio traduziria assim: “DUPLICATA. Recebi do Dr. Rui Barbosa a soma de 9.600 florins em

pagamento da publicação do *Brasil em Haia* na *Reviews of Reviews* e suplemento especial conforme minha carta, 20 de outubro de 1907 *William T. Stead*".

Para o Sr. Magalhães, porém, a tradução passa a ser a seguinte: "Recebi do Dr. Rui Barbosa a soma de 9.600 florins em pagamento da publicação do *Brasil em Haia* na *Review of Reviews* e COMO COMPENSAÇÃO ESPECIAL POR MINHA CORRESPONDÊNCIA, 20 de outubro de 1907. *William T. Stead*". A versão fraudada por Magalhães faz surgir um elemento novo na transação: a compra da *correspondência*, o que significaria que todo o trabalho jornalístico de Stead, como correspondente de jornais britânicos, teria sido *regada* pelo Itamarati para beneficiar o Brasil. A simples expressão *my letter* (no singular) passa, forçadamente, a ter o valor de correspondência e a referência aos *suplementos* da Revista passa a ter, ninguém explicará como, o significado de COMPENSAÇÃO ESPECIAL. Esta compensação é ali colocada pelo demônio do escândalo, porque a única interpretação cabível é a literal. A carta, *my letter*, é obviamente a carta em que Stead propõe a organização do dito suplemento, carta que o Sr. Magalhães não podia desconhecer porque se encontra junto ao dito recibo, na mesma pasta que ele andou esgaravando. Nela se diz expressamente: "*What I am writing to propose to you is that you should take on behalf of the Brazilian Government, from ten to twenty pages of such an illustrated write-up to appear as a special supplement in the Review of Reviews for October*". Seguem-se os detalhes da publicação. Fica portanto claro que a quantia se referia exclusivamente à publicação de um suplemento. As correspondências para os jornais já haviam sido publicadas (basta ver a data do recibo). Este suplemento saiu realmente na revista e teve ampla e benéfica divulgação, tendo na capa um conceito de Nelidow, que não sei se o Sr. Magalhães acha que foi também comprado.

E, como diz o povo, no caminho do vício só o primeiro passo é difícil, foi preciso ir adiante e visar a um maior escândalo. Este suplemento, seguido de alguns discursos de Rui, foi publicado em português. Por iniciativa do Governo? Não, o próprio Sr. Magalhães o narra. Por iniciativa de um jovem, Artur Bomilcar. O sucesso que teve a edição fez com que outras, aumentadas como de praxe, se seguissem. O Itamarati comprou alguns exemplares. É crime vender publicações ao Governo? É crime coligar trabalhos alheios e editá-los em forma de livro? Pois este simples episódio, inocente em face do que se costuma fazer hoje, recebe os mais tenebrosos

qualificativos. O Barão do Rio Branco passa a ser o chefe de um circo de propaganda: “O BARNUM DA PROPAGANDA OFICIAL” (p. 331). O resumo do episódio que figura na contracapa, e que a maioria dos recenseadores se limita a transcrever, é o seguinte: “Rui pagou *antecipadamente*, com dinheiro do Itamarati, os elogios de *um venal jornalista inglês*, convertidos no Brasil num *falso livro*”. (O primeiro grifo é do autor.) Qual o episódio que resistirá a tal método de historiar?

Vejamos agora as conseqüências do ímpeto historicida do Sr. Magalhães. Se a vitória em Haia não passou de espetáculo do CIRCO BARNUM, dirigido pelo Barão do Rio Branco, mero mistificador, não é mais a figura de Rui Barbosa que é atingida. Ponha-se de lado a personalidade do embaixador. Então todo o Itamarati, que funcionou em unísono com a nossa delegação, fez o papel de palhaço; então Nabuco, que demonstrou não estar ressentido, mas ser um autêntico patriota, colaborando tão eficazmente com Rui, seja em Washington, seja na Europa, secundando seu colega, também foi um impostor. Mentiu também quando comunicou a repercussão do papel de Rui nos Estados Unidos. Então essa grande realização, fruto da colaboração das três maiores cabeças do Brasil no momento, o triângulo de ouro, não passou de uma patacoada.

Não é de admirar que os saudosistas das glórias da velha *clique* européia, cujo declínio começava, embandeirem-se em arco com as teses do Sr. Magalhães. E não faltará no futuro algum escavador de intrigas que venha a sustentar, usando dos mesmos métodos maliciosos do Sr. Magalhães, que este trabalhou para alguma entidade restauradora. Só nos cabe lançar a advertência bíblica: “Tira as tuas sandálias! Porque a terra em que pisas é sagrada”.

III

O Papa e o Concílio

Somos forçados a pôr alguns pontos sobre os *ii* da obra do Sr. Magalhães, não por ter empreendido uma revisão histórica de Rui Barbosa, direito que jamais pode ser negado a quem quer que seja, enquanto gozarmos da liberdade que ele construiu, mas por ter usado essa máscara para dar vazão a uma incoercível má-vontade a um grande *defensor do homem*.

Não se compreende porque o Sr. Magalhães juntou o capítulo sobre religião neste libelo contra Rui. Sua contribuição para o assunto é nula. Nada de novo, nada de curioso. Apenas mais uma vez a revelação do seu desconhecimento do assunto, aquilo que em lógica se chama *ignoratio elenchi*. Ele desconhece de tal modo os problemas religiosos do século XIX, que designa Montalembert como anticlerical, equiparado a Cavour. E não se trata de equívoco, porque repete a tolice páginas adiante. Quem desconhece o papel de Montalembert na história do pensamento religioso está inabilitado para dissertar sobre o assunto. O despreparo do autor em matéria de história da Igreja no Brasil vai a ponto de pensar que o Conde de Santo Agostinho era bispo “do Estado do Rio de Janeiro” (*sic*) interpretando erroneamente uma nota das Obras Completas.

Não há nenhuma novidade em se dizer que Rui era maçom. Foi um dos liderados, nos primeiros tempos de sua vida parlamentar, pelo grão-mestre Saldanha Marinho. Escreveu a introdução de *O Papa e o Concílio*. Tanto nessa introdução como no discurso no Grande Oriente e também no Parlamento, Rui se manifestou integrado no ideário maçônico da época. Com ele estava toda a *intelligentsia* brasileira: Nabuco, Rodolfo Dantas, A. de Siqueira e muitos outros. O ambiente era, por esse tempo, de tal maneira pouco católico, que Jerônimo Sodré começa um discurso na Câmara anunciando que ia defender duas instituições que ainda não vira ninguém louvar: o trono e o altar. É verdade que há alguns discursos em defesa: Felício dos Santos (que o Sr. Magalhães pensa que era católico naquele momento), Inocêncio Seráfico, inteiramente isolado, e alguns ministros que defendiam a Igreja “em razão do seu ofício”; mas estes mesmos limitavam-se a algumas tiradas literárias, em defesa de uma religião considerada puramente doméstica. A situação da Igreja era trágica: crise do clero secular, crise do clero regular, em vias de rápida extinção, inexistência de educação religiosa e controle quase total das atividades da Igreja pelo Estado. O simplismo do autor considera que quem se batia pela destruição deste estado de coisas, resultado do regalismo que vinha de Pombal, era anticlerical.

Ora, a posição de Rui nesse quadro complexo não era assimilável à de certos inimigos da Igreja. Ele sempre fora crente e sempre se declarou cristão. Conservou sempre hábitos de piedade. Rezava de joelhos regularmente suas orações. Horripilava-o a sociedade atéia ou inteiramente laicizada. Daí sua simpatia confessada pelos países

protestantes. O quadro que ele esboçou da decadência do espírito religioso brasileiro na Introdução de *O Papa e o Concílio*, posto que revestido da grandiloquência própria da fase estilística, não está muito distante dos relatórios dos núncios papais e de algumas pastorais. Rui entendia que o Brasil marchava para a irreligiosidade, o que era verdade. Além disso, conservou sempre alguns contatos com alguns líderes ortodoxos, especialmente D. Antônio de Macedo Costa. No arquivo da Casa de Rui Barbosa está a prova das ligações entre esse grande bispo e o pai de Rui.

Mais tarde, tudo se foi transformando. A não ser Saldanha, quase todos ensarilharam armas, ou passaram a combater do lado oposto. Felício dos Santos veio a ser um dos maiores líderes católicos do Brasil. Nabuco converteu-se. Rodolfo Dantas também. Do lado da Igreja, por sua vez, à era de intransigência heróica de Pio IX seguiu-se o longo reinado da esclarecida transformação de Leão XIII. Os que se batiam por um ideal de liberdade não se julgaram obrigados a defender uma posição que se tornava obsoleta. Em poucos anos, no calidoscópico da política religiosa, as colocações estavam alteradas.

Ninguém precisa recorrer a interpretações mesquinhas para explicar um fenômeno que foi semelhante em todo o mundo da inteligência, em todos os países do Ocidente. O Sr. Magalhães, porém, para o caso de Rui Barbosa, não se conforma com uma explicação de ordem filosófica. Terá de haver uma causa próxima, inferior, interesseira. Era a caça dos votos dos eleitores católicos. Mas se ele fosse tão ávido de votos, por que tomara atitude tão extremada? E se conseguiu eleger-se em 1878 e 1881, e senador em 1890, por que só em 1892 se lembraria de fazer demagogia religiosa?

Em 1903 Rui Barbosa matricula seu último filho no Colégio Anchieta, de Friburgo. As cartas que manda ao Reitor, todas publicadas em folheto que o Sr. Magalhães parece desconhecer, revelam uma profunda transformação de suas idéias em matéria de filosofia educacional. Este colégio era então, fora de dúvida, o mais famoso estabelecimento de educação no Centro do Brasil. A lista de seus alunos é um punhado de grandes vultos de nossas letras, das nossas ciências e de nossa política. Mas para o Sr. Magalhães, Rui Barbosa simplesmente, cruelmente, sacrificou o filho aos jesuítas para fins eleitorais, para purgar suas faltas em relação à Companhia de Jesus, que ele atacara nos escritos e discursos antigos, e, ainda, na lei da separação da Igreja do Estado e no projeto de Constituição.

Depois dessa falta de focalização num capítulo que não é da biografia de Rui, mas da história religiosa do Brasil, passa a estudar a elaboração da lei de 7 de janeiro. Nada de novo, a não ser o exame de dois pontos: ter havido uma emenda de Campos Sales que Rui não mencionou na sua declaração no Senado, e ter registrado ainda neste diploma, bem como no projeto de Constituição, medidas contra as ordens religiosas. Ora, a emenda de Campos Sales não foi votada contra a opinião de Rui vencido. Foi por ele aceita e incorporada ao texto, de seu punho, e assinada por todos, inclusive Campos Sales e Demétrio, autor de projeto anterior, com cláusulas perigosas quanto à propriedade dos bens eclesiásticos, de modo que a declaração de Rui não é uma gabolice, mas é, substancialmente certo: o seu projeto foi aceito sem alterações por todos.

Os resquícios de regalismo existentes nos atos redigidos pelo punho de Rui são realmente lamentáveis. Estavam no espírito da maioria dos membros do Governo que os assinaram. O espírito jurídico de Campos Sales aliou-se a Rui e rebateu as idéias de Demétrio quanto à posse dos bens eclesiásticos. Logo depois, o prestígio dos positivistas anulou o *comtismo* residual e consagrou a final liberdade religiosa. Nada disso tira do decreto de 7 de janeiro o papel histórico fundamental na história da Igreja no Brasil. É um dos raros exemplos de transformação pacífica realizada no mundo. Eis por que o autor não conseguiu extrair do episódio um dos capítulos de acusação que figuram na contracapa. Não conseguiu denunciar Rui como criminoso por ter redigido aquilo que um autor eclesiástico denominou “a carta de alforria da Igreja no Brasil”. Em mensagem a Rui Barbosa que se encontra no arquivo da Casa, o primeiro cardeal da América Latina expressa-se em termos calorosos acerca de seus serviços à liberdade da Igreja no Brasil. Entre a autoridade do Cardeal Arcoverde e de Monsenhor Barbosa de um lado, e a do Sr. Magalhães de outro, prefiro ficar com os prelados.

Que prova afinal o Sr. Magalhães? Que Rui mudou em matéria de religião? Para pior? Não. Para uma compreensão mais larga, que permitiu o regime de paz, louvado pelos prelados e pelo próprio Papa Leão XIII em célebre entrevista com Campos Sales.

O mundo inteiro evoluiu nesse ponto. Mas para o Sr. Magalhães o grande homem deve ter “convicções definitivas e inabaláveis, como todos os pensamentos cristalizados” (p. 312). Já vejo que não me candidato a grande homem, porque já mudei várias de minhas convicções: na capacidade do Sr. Magalhães, por exemplo.

IV

O Encilhamento

Em livro destinado a destruir, no ânimo popular, o respeito por um campeão da liberdade, sob o falso pretexto de despi-lo da roupagem das lendas, não podia faltar um capítulo malicioso sobre o encilhamento. A atuação de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda tem sido ultimamente estudada por especialistas de renome: Oscar Bormann, técnico em administração fazendária, Roberto Pinto de Sousa, professor especializado da Universidade de São Paulo, políticos e estadistas de posições contrárias como San Tiago Dantas e Aliomar Baleeiro, juristas de nome nacional como Hermes Lima e João Mangabeira, economistas como Humberto Bastos, historiadores como José Maria Belo e Werneck Sodré. No meio desses nomes de técnicos, a que vem o Sr. Magalhães?

Como seria de prever, nada de novo. Mas no rol dos crimes, que figura na contracapa, transcrito em todos os noticiários, uma calúnia: “Rui *participou* (grifo do Autor) diretamente do encilhamento, como presidente de empresas de mera especulação, baseadas em favores do Governo Provisório”. Não há um só leitor desse *provará* que não conclua que Rui Barbosa encheu os bolsos com dinheiro ou títulos de companhias por ele próprio promovidas e aprovadas. Escrevo longe da Casa de Rui Barbosa e não disponho de dados para esclarecer tão tenebrosa intriga. Mas a invenção é tão primária que cai com os próprios dados fornecidos pelo acusador.

Ter feito parte da direção de uma empresa não parece que seja crime condenável por qualquer tribunal. De modo que fica todo mundo a pensar que, não o cidadão, mas o Ministro da Fazenda, teria participado dos lucros de empresas durante o encilhamento, e durante seu ministério. Ora, nas peças deste inquérito policial-militar póstumo não se conseguiu envolver o Ministro em nenhuma transação equívoca. Vejamos uma por uma.

O Banco Hipotecário Nacional teria sido organizado por três *aventureiros*. O crime de Rui Barbosa teria sido a prorrogação por mais seis meses do prazo para a organização dos estatutos. Dias depois Rui deixou o Ministério. Circunstância favorável, porque coube ao sucessor de Rui, e seu desafeto, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, examinar os ditos estatutos. Mas este, em vez de atalhar o golpe dos espertalhões, aprovou-os solenemente. Já então eram diretores o Conselheiro Mayrink,

o Barão de Alto-Mearim e Antônio Felício dos Santos. Nenhum pode ser chamado de aventureiro. Não posso crer que o Sr. Magalhães, tão mal-informado a respeito de Antônio Felício dos Santos, ouse considerar um larápio o patriarca da imprensa católica no Brasil. É bem verdade que ele cometeu o *crime* de enriquecer, e enriquecer na indústria. Na verdade, pois, ninguém perceberá que culpa cabe ao ministro que prorroga o prazo a uma empresa para apresentar seus estatutos, e os vê mais tarde aprovados pelo sucessor. Ou ambos são ladrões, ou nenhum.

Após essa primeira acusação, apresenta o autor uma digressão a respeito do General Glicério, também acusado de “generosidades e negocismo”. A notável administração desse titular na pasta da Agricultura merece agravos porque concedeu uma série de favores a companhias de estradas de ferro, algumas existentes, outras em organização, em vista de um grande plano nacional de viação. (Todo favor e incentivo a empresas privadas é considerado crime.) Entre estas figurava a Companhia Estrada de Ferro Goiás e Mato Grosso, e uma empresa subsidiária, a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso. É dessas empresas que, a 24 de fevereiro, portanto já fora do governo, Rui Barbosa foi feito diretor. Mas em junho de 1891, já o próprio Magalhães o diz, afasta-se da diretoria. Todas as objurgatórias contra empresas fictícias não podem ter cabimento em face de uma companhia de estrada de ferro em que figuravam capitalistas como os irmãos Murinho (Joaquim e Francisco). O grupo Murinho, como se diria hoje, fortemente radicado em Mato Grosso, e meneando grandes capitais, não poderia ser considerado aventureiro nem golpista. Note-se que o diretor da empresa juntamente com Rui era o próprio Joaquim Murinho, o antiaventureirismo em pessoa. Da Companhia Fomento Industrial era secretário Quintino Bocaiúva, contra o qual, pela primeira vez, encontro uma referência de suspeição. Tudo era tão normal que o próprio Floriano Peixoto, em carta transcrita pelo Sr. Magalhães, não julga vergonhoso escrever a Rui pedindo um emprego para certo protegido.

O que o Sr. Magalhães considera ainda escandaloso no caso é ter a Estrada de Ferro obtido garantia de juros. Mas era este o regime generalizado na construção das estradas de ferro. Basta consultar um almanaque comercial para o comprovar. Acusa Rui de contraditório em aceitar tal favor, quando ele próprio clamara contra as garantias de juros pagas às estradas de ferro inglesas. Mas não há paridade nas situações. O que

Rui queria atalhar (e Campos Sales obstou, para o fazer dez anos depois) era o escoamento das divisas no caso de capitais estrangeiros.

Uma terceira acusação refere-se à Companhia Frigorífica e Pastoral Brasileira. Sobre esta haverá muito que discutir, mas o que nos importa no momento é verificar que seus estatutos já são aprovados pelo Barão de Lucena, que também não morria de amores por Rui Barbosa. Portanto, cai nas condições anteriores.

Uma quarta acusação é considerada uma *trouvaille* pelo Autor: o Banco Vitalício do Brasil. Mas essa sua glória é precisamente a prova de sua falta de conhecimento do assunto. A propósito desse banco, declarou o Sr. Magalhães que, sem as *Memórias* do cunhado de Rui, nunca teria sabido que Rui tinha sido presidente de um *tamborete*, “empresa mais temerária que as outras”. Mas desde 1934 está publicada na *Brasiliiana* uma coletânea de cartas de Rui Barbosa, a que dei o nome de *Mocidade e Exílio*, por sugestão do Prof. Fernando de Azevedo, então diretor da coleção. Lá está a referência completa ao Banco, sua diretoria, suas dificuldades e até a transcrição em fac-símile da carta sobre sua dissolução. Trinta anos depois, vem o erudito autor declarar que teve a *revelação* dessa empresa nas *Memórias* do cunhado de Rui!

Mas se tivesse pesquisado melhor teria sabido que não se tratava de um *tamborete* (banco sem fundos), nem de um estabelecimento de crédito, mas de uma empresa de seguros, que nada tinha de leviana, contando com capitalistas e banqueiros. Teria sabido que a empresa findou por divergência de Jacobina com os diretores. Rui estava doente (*Mocidade e Exílio*, 3ª ed., p. 163), Bandeira, ausente. A divergência levou à dissolução, *sem prejuízo para ninguém*, a não ser os incorporadores, está visto. Leviana não era a empresa. Leviano é o escritor que deduz de frases isoladas as afirmações sem prova.

Em resumo: quando o autor afirma que Rui *participou* diretamente do encilhamento, ou quer denunciá-lo como membro oculto de empresas por ele protegidas, o que é *falso*; ou quer denunciá-lo como diretor de empresas depois que deixou o ministério, o que é *tolice*.

Valor lógico do capítulo = 0.

V

A parentela

É forçoso encerrar estas primeiras impressões acerca de longo libelo à glória de Rui, lançado sob o pretexto de *revisão histórica* pelo Sr. Magalhães Júnior. Uma calúnia lança-se em três linhas, mas é preciso um livro inteiro para desfazê-la. É isso o que vamos empreender na honrosa companhia do acadêmico Luís Viana Filho.

Não é possível, porém, antes de encerrar esta série de artigos, deixar de protestar contra a contínua distorção que sofre, em toda sua obra, o papel da família Rui Barbosa. Se Deus não o colocou no centro de uma numerosa rede de irmãos, primos, cunhados, aliados e afins, se não conhece a complexidade dos grupos numerosos e diversos que formam a trama de uma grande família burguesa, nem sempre obrigada a sacrificar-se pelo idealismo do chefe, poderia o Autor, pela prática de arquivos que tem pesquisado, ter ao menos um conhecimento teórico do que representa o elemento doméstico na vida de uma grande personalidade política.

O método seguido pelo Autor no estudo desse elemento tão delicado em uma biografia não é sério. Não é a pesquisa das influências naturais e recíprocas. Não há, já diríamos, sutileza, mas a simples delicadeza para encarar o tema. Os sacrifícios, as perseguições, as prisões, as demissões, os prejuízos, são parcamente referidos, quando não zombados ou ridicularizados. Mas qualquer missão ao estrangeiro é considerada “uma vilegiatura por conta do Tesouro”, qualquer favor é ampliado e ressaltado. Exemplo: um jovem parente, cumpridor de missão de amizade a Rui, é preso meses a fio numa galeria de criminosos comuns da Casa de Correção. Não é sequer mencionado. Mas um seu irmão é apresentado a um amigo, como capacíssimo pra uma função (que aliás não obteve). Este é assinalado, e o fato, apontado entre os de protecionismo.

E assim as intenções de Rui são sempre submetidas ao critério do amesquinamento. Ele apoiou três governos: Rodrigues Alves (salvo o final), Afonso Pena e Venceslau Brás. Qualquer observador não malicioso diria que os apoiou por serem grandes governos, com a circunstância de serem dois desses estadistas seus colegas de Faculdade. Mas, para o Sr. Magalhães, Rui Barbosa apoiou os governos “que lhe dispensassem embaixadas e empregos para a parentela”. Chama a isto espírito revisionista; melhor se diria espírito de prevenção.

Deixaremos para mais largo exame os enganos abundantes a respeito de vários membros da família. Do cunhado, Carlos Viana Bandeira, explora o Autor, especialmente as revelações das *Memórias*, ocultando, dentro do mesmo espírito, todos os sacrifícios e devoções, mas destacando episódios em que Rui não teve a menor participação.

Mas insiste maliciosamente em considerar mera conveniência de família a designação de Rui para a consultoria jurídica da Light, fazendo fácil demagogia em torno do serviço a capital estrangeiro. A distorção histórica é flagrante. Omite maliciosa e sistematicamente as atitudes sadiamente nacionalistas do redator-chefe d'*A Imprensa*, quando Rui protesta contra a entrega da Central do Brasil e do Lloyd Brasileiro a grupos estrangeiros, quando se revolta contra a nomeação de um diretor do Banco Alemão para a direção do Banco do Brasil, quando denuncia, antes de qualquer outro, a traição boliviana, entregando a um sindicato anglo-americano o coração da Amazônia, quando alerta o Governo contra a ambição desenfreada do imperialismo americano e europeu e quando, em artigos admiráveis, analisa o verdadeiro sentido do monroísmo. Tudo isso é ocultado para poder afirmar que a consultoria jurídica de uma empresa estrangeira representava a venda da alma ao imperialismo, como se patriotismo fosse sinônimo do neojacobinismo desvairado. Mas naquele momento o são nacionalismo esperava do capital alienígena o surto extraordinário de progresso que ele realmente nos trouxe.

Pinheiro Machado e Nilo Peçanha, patriotas de verdade, não teriam contribuído para o ingresso de Rui Barbosa naquela função se não vissem no assessoramento de um grande grupo estrangeiro por uma personalidade como a dele, uma vantagem imensa para o desenvolvimento do País. E não tiveram decepções.

Deixo de tratar, por sincero pudor, das referências a D. Maria Augusta. Os mais encarniçados inimigos de Rui Barbosa não tiveram atitude tão contrária aos sentimentos brasileiros. Pinheiro Machado, tão duramente atingido pela oratória contundente de Rui Barbosa, jamais permitiu uma referência deselegante à senhora do lar em que fora recebido sempre com tanta cordialidade. Tobias Monteiro, magoado com o tratamento que lhe deu o antigo chefe, nunca se referiu senão com respeito ao anjo-bom, que ele considerava o elemento moderador do temperamento vulcânico do marido. Eram almas nobres, sem ressentimentos, que reconheciam nela o que João Mangabeira denominou

“a grande mulher de um grande homem”. Foi preciso que se inaugurasse no Brasil o “revisão histórico” para assistirmos a essa demonstração de descortesia.

Mas alguma coisa resultou de vantajoso nesse debate em torno do livro. Foi a demonstração de ser livre neste País a pesquisa da verdade histórica. Não foi em vão que Rui semeou a liberdade. A sua obra é de tal grandeza que, ainda para atacá-lo, é preciso servir-se de seu legado. É o que dizia o grande João Ribeiro em 1918. E com suas palavras encerraremos nossas notas:

A geração mais nova de hoje, mal informada, ignora talvez a ação contínua e decisiva desse grande fator da nossa história. Apraz-lhe colher alguns ditos iníquos em que é fértil a maledicência vulgar, e um deles, o principal e o mais grave, é que Rui Barbosa nada fez e nada faz de praticamente útil à nossa vida, e que toda a sua eficiência se derrama em superfluidades verbais e frivolidades retóricas. Oh! A incomensurável injustiça! Mas felizmente é coisa impossível escamotear a verdade. As nossas conquistas liberais, todas elas, de que gozamos na inconsciência de herdeiros ingratos e dissipados, de onde vieram? Comemos e pastamos ainda hoje do seu hercúleo trabalho, da sua paixão ao serviço de todas as idéias, da sua alma cheia de veemência em favor das nossas liberdades. As construções morais parecem invisíveis e não trazem no flanco as placas comemorativas.